



Documentos oficiais escritos em Alagoas e em Pernambuco: uma análise do uso de artigo definido diante de antropônimos

Any Biatriz Baltazar da Silva 1
Adeilson Pinheiro Sedrins 2

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo central investigar a variação na realização de artigo definido diante de nomes próprios de pessoas, em textos escritos (cartas oficiais) nos estados de Pernambuco e Alagoas. Para isso, foram selecionados 58 documentos oficiais, escritos nos séculos XVIII e XIX, nas regiões que hoje correspondem aos dois estados brasileiros, com o intuito de observar se nos dados selecionados ocorre a variação e, em caso afirmativo, se essa variação sugere diferentes padrões para cada localidade investigada. Os resultados encontrados apontaram para uma tendência de não utilização do artigo definido diante de antropônimos. No entanto, duas ocorrências de uso de artigo definido nesse contexto, em documentos oficiais da segunda metade do século XIX, escritos em Pernambuco, sugerem que, já nessa época, tratava-se de fenômeno em variação.

Palavras-chave:

Antropônimos; Artigo definido; Alagoas; Pernambuco.

Sobre os autores:

¹ Estudante do curso de licenciatura em Letras (português-inglês) da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE - Processo BIC 0543-8.01-23), membro do Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA/CNPq).

Email: any.baltazar@ufape.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3478-4563>

² Professor associado de língua portuguesa da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE). Líder do Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA/CNPq). Doutor em Linguística (2009 - PPGLL/UFAL) e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas e do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da UFAPE/UFRPE.

E-mail: adeilson.sedrins@ufape.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4778-5549>

INTRODUÇÃO

O português é uma língua que apresenta um quadro variável com relação ao uso de artigo definido diante de antropônimos. Estudos como os de Callou e Silva (1997); Silva (1998); Magalhães (2002) e Macedo (2016) evidenciam bem essa constatação. No que concerne ao português brasileiro (PB), o quadro de variação de uso de artigo definido é ainda mais evidente quando se comparam diferentes variedades regionais, como parece ser o caso da observada entre os estados de Pernambuco e Alagoas.

Até 1817, Alagoas pertencia oficialmente ao território pernambucano, por isso, mesmo com a separação política, os dois estados possuem a mesma origem social, territorial e histórica. No entanto, diferenças dialetais são encontradas entre os dois estados, com relação ao uso de artigo definido diante de nomes próprios. Enquanto na variedade do português alagoana há uma maior predominância no uso do determinante diante dos nomes próprios de pessoas, na variedade do português pernambucana, o uso do determinante diante dos antropônimos é bastante reduzido.

É nesse viés que nosso estudo buscou apresentar um quadro diacrônico e descritivo do uso de artigo definido diante de antropônimos, com a análise de 58 documentos oficiais dos séculos XVIII e XIX, escritos nos estados brasileiros de Pernambuco e Alagoas, com intuito de compreender como as diferenças linguísticas foram distinguindo as duas localizações, considerando seu contexto histórico e social. O quadro teórico que subjaz à nossa pesquisa é o da Teoria Variacionista Laboviana (Labov, 1972), que nos permite uma sistematização da variação, se ocorrer, a partir da conjugação de fatores linguísticos e sociais. Dado o pequeno número de variação encontrado, no entanto, o controle de variáveis linguísticas foi descartado.

Com a finalidade de apresentar os resultados e discussão da pesquisa de maneira sistemática, o artigo está dividido, para além desta seção introdutória, uma seção voltada para a contextualização do fenômeno da variação na realização do artigo definido diante de antropônimos no português, bem como em que medida o fenômeno pode ser caracterizado em termos de gramáticas distintas nas línguas naturais. Em seguida, apresentamos uma seção com a discussão dos procedimentos metodológicos adotados, seguida da seção de apresentação e discussão dos resultados. Por fim, são apresentadas nossas considerações finais.

USO DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS NO PORTUGUÊS

Conforme Silva (1998), o português é uma língua que apresenta um aspecto bastante característico e diverso da maioria das línguas românicas no emprego de artigo diante de pronomes possessivos e nomes próprios de pessoas. Em relação à realização do artigo definido diante de antropônimos no Português Europeu (PE), tem-se o estudo realizado por Magalhães (2002), em que a autora analisou textos de autores nascidos entre os séculos XVI e XIX do *Corpus Anotado Tycho Brahe*, com o objetivo de apresentar a mudança de frequência do uso de artigo definido diante de pronomes possessivos em Portugal, e analisa também o uso de artigo definido diante de antropônimos. Magalhães (2002) constatou que, com relação aos contextos de antropônimos, o uso de artigo definido era variável no século XVI e foi se limitando ao longo dos séculos até ficar bem reduzido no século XIX.

Por sua vez, Macedo (2016), em estudo que buscou investigar a ocorrência de artigo definido no português clássico e no PB, tendo como *corpus* dados provenientes de textos do *Corpus Anotado Tycho Brahe*, escritos entre os séculos XVI e XIX, e artigos jornalísticos publicados na Bahia entre meados do século XIX até o século XX, constatou, em relação aos dados do PB, que havia um padrão variável de uso de artigo definido diante de nomes próprios de pessoas.

Em um estudo realizado na década de 1990, com dados de fala provenientes do Projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC), Callou e Silva (1997), ao analisarem a variação de ocorrência de artigos definidos diante de possessivos pré-nominais e antropônimos, em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), mostraram como essa variação apresentava uma relação direta com as diferentes localidades investigadas: observaram que as capitais mais próximas do Sul do país apresentaram os maiores percentuais de aplicação do uso de artigo definido diante dos antropônimos, sendo as capitais do Nordeste, Recife e Salvador, aquelas que apresentaram as menores frequências de uso de artigo definido diante dos antropônimos.

A respeito das variedades do português de Pernambuco, estudos recentes apontam que, nesse estado, há uma reduzida frequência de uso do artigo definido diante de antropônimos. Conforme observado na pesquisa realizada por Pereira (2017), na qual o autor analisou dados de fala de duas cidades pernambucanas situadas no Sertão de Pajeú, Carnaíba e Serra Talhada, há uma baixa realização de uso de artigo definido diante de antropônimos. Outro estudo realizado recentemente sobre a variedade do português pernambucana foi o de Oliveira (2021), em que a autora analisou dados da fala de moradores da Capital pernambucana Recife, constatando um baixo uso do determinante diante de antropônimos.

Um estudo recente realizado por Lyra (2023) sobre a variedade alagoana do

português, no qual a autora analisou cartas pessoais escritas na primeira metade do século XX pelo escritor alagoano Graciliano Ramos, mostrou que a variação de uso de artigo diante dos antropônimos se apresenta de forma bastante expressiva, apresentando a ausência de uso do determinante diante dos nomes próprios um maior percentual se comparado aos contextos em que ocorreram a realização do artigo definido diante dos antropônimos.

Por essa razão, nosso estudo buscou observar as variedades do português usado em Alagoas e em Pernambuco, com vistas a compreender como diferenças linguísticas foram distinguindo essas duas localizações, que têm uma mesma origem social, histórica e política, a capitania de Pernambuco, considerando o recorte temporal dos séculos XVIII e XIX, utilizando para realização da análise de documentos oficiais.

METODOLOGIA

Para realização da pesquisa, foram coletados documentos oficiais dos estados de Pernambuco e Alagoas, escritos nos séculos XVIII e XIX, com vistas à constituição de nosso *corpus*. Selecionamos os dados, sentenças com sintagmas nominais nucleados por antropônimos, os quais foram submetidos a uma análise quantitativa. O quadro 1 apresenta o quantitativo de textos selecionados.

Quadro 1 – Quantitativo de documentos utilizados para análise.

Tipos de documentos	1ª metade séc XVIII	2ª metade do século XVIII	1ª metade do século XIX	2ª metade do século XIX
Documentos oficiais escritos em Alagoas	10	5	7	3
Documentos oficiais escritos em Pernambuco	13	0	10	10

Fonte: elaborada pelos autores.

Dos 58 documentos, extraímos para análise todas as ocorrências de sintagmas nominais (SN) nucleados por antropônimos, totalizando 115 construções. Esses sintagmas, nos documentos analisados, aparecem em diferentes posições sintáticas, sendo mais recorrentes nas posições de sujeito, objeto direto e aposto.

Nos exemplos de (1) a (3) são apresentados dados retirados do *corpus*:

- (1) Illustrissimo Senhor, Entregue do Officio de/ Vossa Senhoria desta dada[sic] que acompanhou/ aos seis Recrutas, devo significar-lhe que del-/les a tres lhe tenho mandado assentar praça, e tres/⁵ deixarão de ter a mesma sorte, **Antônio**

Bazilio,/ e Rafael Pereira por que segundo as Ordens/ da Regencia não podem servir por pretos, e **Francisco das Chagas** por ser desertor do Extin-/to Batalhão quatorze de Cassador de primeira.

(Exemplo retirado do *Ofício do comandante das armas de Pernambuco (interino)*, *Francisco Jacinto Pereira, para o juiz de paz do Poço da Panela, Luís Antônio Alves Mascarenhas*. - Identificado em nosso banco de dados como Doc.4-Linhas 1-5)

(2) a sua remessa ao Comandante das Ar-/mas, segundo as instruções expedidas/ por o Antecessor de Vossa Excelencia, elles farão reco-/⁵lhidos a aquella prizão, que estava na/ Ordem de publica, e entre eles foi, não/ Vicente de tal, comensal de **Vicente Ferreira**,/ como se dice na citada correspondência (Exemplo retirado do *Ofício do juiz de paz da Freguesia do Poço, Luís Antônio Alves Mascarenhas*- Identificado em nosso banco de dados como Doc.3, Linhas 25-27)

(3) Senhor [sinal público, 2] Dadevassa incluza que he ade Rezedencia que setornou / aos offeciais que servirão com o Bacharel Joaquim Al- / ves Monis nesta vila das Alagoas, donde ele / Foi ouvidor geral consta ficar com culpa **Andre Lobo**, que servio hú anno deescrivão dadita /ouvidoria.

(Exemplo retirado do *Ofício do juiz de paz da Freguesia do Poço, Luís Antônio Alves Mascarenhas*- Identificado em nosso banco de dados como Doc.25, Linhas 1-4)

A respeito das fontes dos documentos que coletamos, é importante apontar que as cartas da primeira metade do século XVIII, escritas em Pernambuco, fazem parte do banco de dados do *Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)*, da equipe de Pernambuco, e os da primeira e segunda metade do século XIX são provindos do Arquivo Público de Pernambuco, da série Promotores Públicos. Os documentos da primeira e da segunda metades do século XVIII, escritos em Alagoas, fazem parte do banco de dados do PHPB da equipe de Alagoas, e os da primeira e segunda metade do século XIX foram coletados no Arquivo Público de Alagoas (APA), das séries Guerra dos Cabanos e Aldeamento Indígenas.

Optou-se pela análise dos documentos oficiais, que consistem em ofícios, requerimentos e correspondências entre as autoridades, por dois motivos: (a) em primeiro lugar, devido ao fato de ser o tipo de documento que se apresentou como viável para uma análise que buscou ser homogênea, em termos de número de produções para cada século e cada estado, dada a disponibilidade do material para a pesquisa¹; (b) em segundo, porque julgamos que as cartas oficiais representam as variedades da norma-padrão da época e, no caso de ser observada variação do fenômeno, poderia ser indício de que também se estendia a variedades não-padrão do português usado na época, nessas regiões.

¹ Cartas pessoais, para o recorte diacrônico selecionado na pesquisa, não foram obtidas em número suficiente para um estudo adequado com fins de comparação.

CARACTERIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS ANALISADOS

Os documentos oficiais analisados seguem um padrão estrutural, em que em sua abertura é apresentada uma saudação inicial à autoridade a que se destina a carta, para então apresentar o conteúdo, em linhas seguintes, e explicitar se se trata de um requerimento ou um ofício, ou de uma correspondência entre autoridades para relatar acontecimentos de teor criminal (ocorrências de crimes como roubos, assassinato etc.) e de teor da administração das vilas: mudanças de cargos entre servidores, por exemplo. Além disso, ao final do documento, o emissor assina e indica a sua função no poder público da localidade e também o local de onde escreve, algo que nos foi muito importante, pois, através dessa informação pudemos identificar o local em que o documento havia sido escrito.

Ademais, ao ter contato com os documentos oficiais, já observamos, desde a saudação inicial, o grau de formalidade que há entre o emissor e o destinatário do documento, através do uso de forma de tratamento, como podemos observar na carta do século XIX, escrita em Pernambuco e apresentada em (4):

(4) Carta extraída do Arquivo de Promotores Públicos de Pernambuco (acervo)

(VOCATIVO)

Excelentíssimo Senhor

(CORPO DA CARTA - CONTEÚDO)

Em cumprimento do § 3º. do artigo 37 do Código de Processo Criminal dou parte a Vossa Excelência de que, tendo sido o Juiz de Paz do Poço da Panella, Luiz Antônio Álvares Mascarenhas, indiciado pelo Diário de Pernambuco de 10 do corrente mez de ter tido em carcere privado, no logar de Apeucos, aos Cidadãos presos á sua ordem à titulo de recrutas, e bem assim de ter soltado indevidamente ao Pardo/ Domingos, filho de Felizarda de tal, morador na Cruz d'almas, e à José da Silva, morador na estrada do Monteiro, ambos achados com faca de ponta quando forão presos para recrutas, procurei por meio¹⁰ da petição inclusa ser informado destes factos pelo Escrivão do mesmo/ Juiz de Paz cuja Certidão constante da mesma petição e que nada cons-/ta por aquelle Cartorio; o que tudo levo ao conhecimento de Vossa Excelência/ para que se digne determinar o que lhe parecer conveniente, e justo./

(FECHAMENTO)

Deus Guarde a Vossa Excelência muitos anos Olinda 18 de Dezembro de 1833.

(IDENTIFICAÇÃO DO DESTINATÁRIO)

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque Presidente da Província

(IDENTIFICAÇÃO DO REMETENTE)

Doutor Lourenço Trigo de Loureiro Promotor Publico (Fonte: Arquivo dos Promotores Públicos do Estado de Pernambuco, vol. 1 - Séc. XIX)

A carta em questão foi escrita em Olinda pelo promotor público Lourenço Trigo de Loureira para o presidente da província, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, informando sobre a falta de registro em cartório acerca do indiciamento de um juiz, a fim de que possa tomar as devidas providências. Pode-se observar uma estrutura dividida em quatro partes, conforme indicamos em (4): um vocativo, que abre o documento, apresentando o uso de uma forma de tratamento; o próprio conteúdo da carta; um encerramento, em que se

apresentam os votos ao destinatário e a informação sobre local e data da escrita; a identificação do destinatário, que se apresenta novamente com a forma de tratamento, seguida pelo nome completo e cargo; a identificação do remetente, sinalizada através do nome completo seguido da sua função.

As demais cartas seguem esse mesmo modelo, sendo elas escritas por diferentes autores. Em nossa busca nos arquivos procurados foi raro encontrarmos cartas escritas por um mesmo autor, principalmente com relação às cartas do século XIX de Pernambuco, que eram escritas por promotores públicos do estado e tiveram maior quantidade do que as cartas da região alagoana. É válido acrescentar também que, em relação às cartas escritas no estado de Alagoas, também não houve mais de uma carta escrita pelo mesmo autor.

A seguir, apresentaremos na imagem 1 o fac-símile de uma carta original e na imagem 2 a sua transcrição editada de acordo com as normas adotadas na pesquisa:

Imagem 1- Fac-símile de documento do Século XVIII, escrito em Alagoas



Fonte: Arquivo Ultramarino de Alagoas

Imagem 2- Documento do século XVIII de Alagoas

Residência do Bacharel Joaquim Alyez Moniz|Vista. Lisboa 29 de Julho de 1749

[rubricas,4]

[sinal_publico,2]²

[fl.1]Senhor||Da devassa da residência junta que deu o Bacharel Joaquim | Alves Moniz de todo tempo que servio de ouvidor| geral desta Comarca da villa das Alagoas, o que procedi por|se não achar ainda nessas conquistas o primeiro sindicante nomeado, e estar impossibilitado o segundo,| [corroído] do mesmo que se não apresentou, e ficão em| Pernambuco doente e entrezado o 3º, como eu|gerencieí, não consta, nem della resulta culpa|Se assim seja [corroído] do seu processo e exento por Miguel|Martins Milheiros[?], que nomeei para escrivão delalpor me responder ó nomiado por Vossa Magestade sendo| por mim chamado no Recife de Pernambuco, que não| podia vir a esta diligencia: antes sim por ella se| prova servir o sindicado com limpeza del maos, bom despachador, recto, e independente na ad-|ministracão da justica, activo na execuçam das ordens delVossa Magestade afável para as partes, e nunca comerciava| per si, nem por intrepоста pessoa: Da informação|particular que tive me constou ser o sincado³ bem letrado| verificando-me de suas sentenças que a faz [inint] e que foy| servido e costume, e outro sim me concedeu| prova dos autos, e papeis de remessas do juizo doz.

[fl.1v]||dos defuntos e abzentes de que tambem servio de Provedor|que o mesmo sindicado servem nesta aRecadacão com muito, e especial zello, e vigilância fazendo| remessas em todas as frotas, que couberão no seu tempo| de contias[?] avultados zello que não encontrey| nos seus antecessores[inint] por que me parece ser digno del que Vossa Magestade [ilegivel] do seu serviso| Alagoas 8 de Abril de 1749. |O Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas Antonio José Pereira Barreto

Fonte: *Corpus* do PHPB, equipe de Alagoas.

ANÁLISE DOS DADOS

Apresentamos, a seguir, a análise dos documentos oficiais dos séculos XVIII e XIX, escritos em Alagoas e em Pernambuco considerando a variável “uso e não uso do artigo definido diante dos antropônimos”. Para iniciarmos, destacamos abaixo trechos de documentos em que não se verifica a ocorrência de antropônimos:

Contextos sem o uso de artigo definido diante de antropônimos

(5) como se dice na citada correspondencia,/ pois que entre os prezos nenhum tinha tal/10 nome, mas sim Joze Bento de Freitas, / o qual esteve trez dias na mesma prizão, por/ haver alegado não ter a idade de 18 an/nos completos, e ser percizo conceder lhe/ espaço razoavel para apresentar elle/15 certidam de Baptismo.

(Exemplo retirado do Officio do juiz de paz da Freguesia do Poço, Luís Antônio Álvares Mascarenhas, para o presidente da província de Pernambuco- Identificado em nosso banco de dados como Doc. 16 , Linhas 25-28)

(6) Diz Antonio Lourenço, que D. Manuel Rolim de Moura Governador e Cappitam General, de Pernambuco; e mais Capitánias anexas, o proveo a elle Supplicante em o posto de Coronel do Regimento da Infantaria das ordenanças, da vila da A

lagoa do Sul, e seus districtos.

(Exemplo retirado do Requerimento de António Lourenço ao rei [D. João V] a pedir confirmação da carta patente do posto de Coronel do Regimento de Infantaria de ordenança da vila de Alagoas do Sul- Identificado em nosso banco de dados como Doc. 40, Linhas 1-5)

(7) Na sessão de 6 agosto de 1833 foi lido o requerimento de Bernardo Antônio de Mendonça, preso a bordo da escuna “Rio da Prata”.

(Exemplo retirado do documento Guerra dos Cabanos: Bernardo Antônio de Mendonça. 06 de agosto de 1833 -Identificado em nosso banco de dados como Doc. 53, Linhas 1-2)

É importante explicitar também que houve contextos que foram excluídos da análise, como, por exemplo, os casos em que os antropônimos apareceram de forma qualificada, pois de acordo com Sedrins (2017), nesses casos os nomes próprios se comportam como nomes comuns e, por isso, o uso de artigo definido torna-se obrigatório quando em posição argumental (Longobardi, 1994), como é o caso do contexto apresentado abaixo:

Contexto excluído da análise

(8) No dia 9 do mesmo mês, denunciei de Ma/nuel Faustino de Mello Azevedo, e de Manu/el José Pereira por haverem espancado nesta vi/la pelas oito horas da manhã ao crioulo/José Lourenço Bezerra,o primeiro prestou/15 fiança, e o segundo evadiu-se. (Exemplo retirado do *Ofício do Promotor da comarca do Cabo, Luís de Cerqueira Lima, para o presidente da província de Pernambuco*- Identificado em nosso banco de dados como Doc. 28, Linhas 3-5)

Abaixo apresentaremos os resultados de nossa análise:

Quadro 2 – Ausência *versus* presença do uso de artigo definido em documentos oficiais dos séculos XVIII e XIX escritos em Pernambuco diante de antropônimos.

Contexto	1ª metade do século XVIII	1ª metade do século XIX	2ª metade do século XIX
Antropônimos com realização de artigo			2/30= 2%
Antropônimos sem realização de artigo	40/ 40= 100%	14/14= 100%	28/30= 98%
Total geral	84 ocorrências		

Fonte: Elaborado pelos autores

Como podemos observar, em todas as ocorrências de antropônimos analisadas da primeira metade do século XVIII provindas das cartas oficiais escritas em território pernambucano, a ausência do artigo definido prevaleceu, sendo um total de 100% de ausência, da mesma forma com relação às cartas da 1ª metade do século XIX de Pernambuco, tendo diferença apenas dos dados obtidos com a análise das cartas da 2ª metade do século XIX, em que houve duas ocorrências com a realização do artigo definido. No entanto, a ausência tem um

percentual bem maior, equivalendo a 98% dos dados analisados nesse contexto. As duas ocorrências de uso de artigo definido podem evidenciar uma mudança tardia que se inicia no século XIX, na variedade do português usada em Pernambuco. Apresentamos abaixo os dois contextos em que observamos o uso do artigo definido diante dos antropônimos:

Contextos com a presença do artigo definido diante de nomes próprios de pessoas

(10) acudindo o Juiz Municipal, sepa/20rou-os, e apaziguou a contenda; e/ ainda não se instaurou o respectivo/ processo pela ausência do Delegado em Papacaça: e, sendo o caso de ne/nhuma gravidade, e tendo se retira/25do da vila o Miguel Reinaux, por/ imposição do irmão.

(Exemplo retirado do *Ofício do promotor público da comarca de Garanhuns, Júlio Barbosa de Vasconcellos, para o presidente da província José Bento da Cunha e Figueiredo*- Identificado em nosso banco de dados como Doc.11, Linhas 7-9)

(11) pertencente a dito Capitão de Campo, e o José com a espingarda dele, deu este naquele infeliz Feli/pe José da Silva um tiro, do qual logo veio a/ morrer.

(Exemplo retirado do *Ofício do promotor público da comarca do Bonito, Bento José de Souza, para o presidente da província de Pernambuco, José Bento da Cunha e Figueiredo*- Identificado em nosso banco de dados como Doc.19, Linhas 34-35)

É importante destacar que não conseguimos resgatar informações sobre os referentes dos nomes próprios contidos nas cartas, o que poderia nos dar pistas sobre, por exemplo, o grau de familiaridade entre autor e referente. A familiaridade tem sido uma variável considerada, em geral, nos estudos sociolinguísticos sobre a variação no uso de artigo definido diante de nomes próprios (ex.: Silva, 1998; Pereira, 2017; Sedrins, Pereira e Silva 2019, entre outros), como também tem sido observada por gramáticos tradicionais como uma propriedade que favorece a ocorrência de artigo diante de nomes (ex.: Bechara, 1999). Assim, não foi possível constatar se essas pessoas citadas eram personalidades públicas da época, por exemplo.

Seguimos com os resultados da análise das cartas dos séculos XVIII e XIX, escritas em território alagoano:

Quadro 3 – Ausência *versus* presença do uso de artigo definido em documentos oficiais dos séculos XVIII e XIX escritos em Alagoas diante de antropônimos.

Contexto	1ª metade do século XVIII	2ª metade do século XVIII	1ª metade do século XIX	1ª metade do século XIX
Antropônimos com realização de artigo				
Antropônimos sem realização de artigo	13/13= 100%	4/4= 100%	11/11=100%	3/3= 100%
Total geral	31 ocorrências			

Fonte: elaborado pelos autores

De acordo com o quadro 3, nas cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX, escritas em território alagoano, vemos um percentual 100% de ausência do uso de artigo definido diante dos nomes próprios de pessoas, diferentemente dos dados obtidos com a análise das cartas escritas em território pernambucano, que mesmo com a ausência do uso de artigo definido prevalecendo, ainda houve duas ocorrências com a presença do artigo definido diante dos antropônimos.

Esse resultado contrasta com aquele encontrado por Lyra (2023), em documentos alagoanos do século XX, cartas pessoais, no qual a autora observou uma frequência de 56,9% de ocorrência de uso de artigo diante de antropônimos e 43,1% de não realização do artigo nesse contexto. Dessa forma, se comparamos os dados obtidos por Lyra (2023) com os da tabela 3, há uma indicação de um possível aumento gradual no uso de artigos definidos, do século XIX para o século XX, em textos produzidos no estado alagoano. No entanto, outras variáveis podem estar em jogo nesses resultados, sendo uma delas o gênero textual.

Nesse sentido, é imperativo considerar que uma menor ou nula frequência de uso de artigo definido, em cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX, escritas nos estados de Pernambuco e em Alagoas, pode ser justificada pelo tipo de documento escolhido para análise: cartas de cunho oficial. Considerando que o artigo pode ser utilizado como índice de marcação de *familiaridade* entre falante/escrevente e com o referente denotado pelo antropônimo, essa marcação, pois, apontaria para uma *subjetividade*, característica não muito comum em textos formais, em que se deve prezar pela neutralidade.

Considere-se ainda que, entre as duas ocorrências de artigo encontradas, uma delas apresenta como antropônimo apenas o primeiro nome de uma pessoa, *José*, o que geralmente pode ocorrer em contextos de maior familiaridade entre escrevente e o referente denotado pelo antropônimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados apresentados, observamos a tendência da não utilização do artigo definido diante de antropônimos nos textos oficiais escritos nos séculos XVIII e XIX nos estados de Alagoas e Pernambuco. No entanto, houve duas ocorrências com a presença do artigo definido nos documentos da 2ª metade do século XIX, escritos em território pernambucano, o que sugere haver variação nesse período, nessa região.

Ademais, tendo em vista pesquisas recentes sobre esse fenômeno em variedades de língua falada no século atual em Pernambuco, como alguns estudos citados neste artigo, a ausência ou pouco uso de artigo diante de antropônimo observados em diacronias passadas aponta para um aumento gradual, uma vez que dados do português falado em Pernambuco, no século XXI, apontam ainda

para uma pouca frequência de artigos diante de antropônimos. No que diz respeito aos dados encontrados em textos produzidos no estado de Alagoas, a situação é um pouco mais opaca para tecermos de fato alguma consideração sobre a gradação de um aumento de uso, uma vez que não pudemos, nos textos encontrados e analisados, observar nenhuma ocorrência de uso do artigo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ANDRADE, F. R. da S. *Autoconceitos de leitura erigidos a partir de narrativas de vida de professores alfabetizadores*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

KLEIMAN, A. Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 375-400, jul./dez. 2010.

KLEIMAN, A. Entrevista concedida a Cosme Batista do Santos e Maria Nazaré Mota de Lima. *Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural*, Alagoas, v. 2, n. 2, p. 177-183, 2012. Disponível em: <http://www.poscritica.uneb.br>. Acesso em: 17 fev. 2019.

ROJO, R. Pedagogia dos Multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R.; MOURA, E. (org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11-32.

Official documents written in Alagoas and Pernambuco: an analysis of the use of definite article in front of anthroponyms

Any Biatriz Baltazar da Silva¹
Adeilson Pinheiro Sedrins²

Abstract

This research paper presents the results of a study whose main objective was to investigate the variation in the realization of the definite article before people's proper names in written texts (official letters) in the states of Pernambuco and Alagoas. To this end, 58 official documents were selected, written in the 18th and 19th centuries, in the regions that today correspond to the two Brazilian states, with the aim of observing whether variation occurs in the selected data and, if so, whether this variation suggests different patterns for each location investigated. The results showed a tendency not to use the definite article in the case of anthroponyms. However, two occurrences of the use of the definite article in this context, in documents from the second half of the 19th century, written in Pernambuco, suggest that there was variation from that century onwards, which was already evident in official texts.

Keywords:

Anthroponyms; Definite article; Alagoas; Pernambuco
